

**SOCIOEDUCAÇÃO (EN)CENA:
AGENCIAMENTOS ENTRE PSICOLOGIA SOCIAL E TEATRO**
MARIANA POZZI JUNGES¹; BIBIANA VELASQUES²; ÉDIO RANIERE³

¹Universidade Federal de Pelotas – maripjunges@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – bibianavelasques@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – edioraniere@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O referido trabalho tem como propósito apresentar o Projeto de Extensão *Socioeducação (en)cena: Agenciamentos entre Psicologia Social e Teatro*, coordenado pelo professor do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Édio Raniere. Partindo de um agenciamento entre Psicologia Social e Teatro o projeto pretende criar condições de possibilidade para reinserção social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, bem como dos egressos do sistema socioeducativo. Intenciona-se, também, avaliar em que medida o teatro pode ser utilizado pelo psicólogo em formação, como ferramenta de pesquisa e intervenção. A proposta gira em torno da criação de um laboratório experimental de teatro aberto à participação de acadêmicos da UFPel, à adolescentes em conflito com a lei, a egressos do sistema socioeducativo, seus familiares e comunidade.

Para contextualizar, é importante saber que quando da medida socioeducativa ser aplicada, ela pode ocorrer em seis condições: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Dentro do campo das pesquisas acerca do assunto, uma das teses mais aceitas é de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz garantia de direitos aos que são atendidos por ele. Entretanto, junto a tais direitos, um outro conceito é carregado junto: a responsabilidade. “A dimensão da responsabilização e da limitação de direitos está clara, transcendendo-se, todavia, e em muito, os limites do mero castigo e da punição”. (FRASSETTO et al, 2012, p. 32)

O que podemos chamar de verdadeiras cidades socioeducativas – pensando no número de pessoas que estas instituições têm comportado - engendram, produzem, constroem subjetividade. Sendo responsabilidade o conceito central em toda maquinaria. Fundamental, portanto, é compreender se esta obsessão pela responsabilização juvenil está contribuindo verdadeiramente para que adolescentes em conflito com a lei responsabilizem-se por seus atos ou se num nível mais profundo nada consiga realizar além de paralisar a responsabilidade numa ética deontológica. Trata-se de uma questão que vem sendo debatida ao longo do último século, de forma exaustiva, pela disciplina de Psicologia Social. A qual se pode condensar da seguinte maneira:

(...) sob quais condições podemos atribuir um ato ao seu agente? Em que sentido pode-se considerar um indivíduo o sujeito responsável por suas ações? Como pode ser racionalmente justificada a imputação, que pressupõe justamente a consistência da atribuição acima mencionada? (GIACOIA JR., 2012, p.37).

Se utilizarmos a resposta do senso comum, ela seria fundamentada rapidamente na atribuição ao sujeito da propriedade de liberdade e por consequência um tipo muito especial de causalidade: a vontade. Entretanto, as mais relevantes

pesquisas da Psicologia Social nos dizem que somos construídos socialmente. Ou seja, é inviável remeter os atos de um sujeito a uma vontade que preceda sua existência no mundo.

Nietzsche (2011) nos ajuda a pensar para qual responsabilidade caminhamos quando nos apresenta 'As Três Metamorfoses' de Zaratustra. Trata-se de pensar se queremos "(...) este grande peso, esta imensa responsabilidade por si mesmo, onde não há mais subterfúgio possível..." (NIETZSCHE, 2011, p.27) e encontrar o maior de todos os pesos como nos oferece o camelo, se queremos separar a responsabilidade tutelar da responsabilidade emancipatória com um sagrado 'Não' do leão, ou se, então, queremos a responsabilidade como libertação à moral do rebanho, de conquistas o próprio mundo, como traz a criança; uma responsabilidade para além do bem e do mal.

Nesse sentido, as perguntas emergentes não conseguem mais calar: de que forma medidas socioeducativas estariam contribuindo para que adolescentes perdidos para o mundo conquistem o seu mundo? Ou na verdade, esta obsessão pela responsabilização juvenil, estaria paralisando a responsabilidade no dever ser? Nossa hipótese é de que a ética deontológica esteja impedindo o adolescente em conflito com a lei de responsabilizar-se efetivamente. Assim o mantém sobre permanente tutela do dever ser, transformando responsabilidade em submissão ao dever e responsabilização em justificativa para o aprisionamento.

2. METODOLOGIA

Bricolar é um verbo menor. Seu operar está em congruência com improvisar, colar, reinventar, compor. Seu campo melódico atinge ressonâncias com o 'Do it yourself' - máxima norte-americana dos anos 50 que propõe fazer com as próprias mãos, ou literalmente 'faça você mesmo' - e com o Bricoleur - substantivo francês aplicado a quem se põe a realizar pequenos reparos, que mesmo não sendo um especialista da área resolve, de forma amadora, consertar pintar, reformar, fazer uma bricolagem. O que se ousa aplicar, aqui, é que se torne possível bricolar, ainda que se tratando de um projeto pautado pela indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e direcionado à reinserção social de adolescentes em conflito com a lei. A intenção é que o bricolar possa dar passagem ao que pede sem estar aprisionado pela velha e pretensiosa majestade metodológica, ao mesmo tempo em que pretende se manter permanentemente aberto aos processos inventivos, criando e recriando a metodologia com a qual se trabalha. Tudo isso com o devido rigor que é demandado.

O trabalho será desenvolvido por uma equipe interdisciplinar (Psicologia, Teatro, Artes, Cinema, Educação e Direito), desde à formação de ministrantes e orientadores até a dos alunos. As ações estão sendo pensadas em diversas instituições do município de Pelotas que recebem adolescentes destinados a cumprir medidas socioeducativas, tais como o Centro de Atendimento Sócio-Educativo – CASE. O que se planeja implementar está baseado nos princípios do ECA – e o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas – SINASE. As ações que estão sendo desenhadas são a constituição de um laboratório cênico nas dependências da UFPel; a constituição do processo grupal; a construção de um blog para o projeto, bem como divulgação na mídia local; o acolhimento da comunidade pelo projeto; a realização de oficinas de teatro, psicologia social, artes plásticas, cinema, educação social abertas à comunidade, egressos do sistema socioeducativo e familiares; visitas às unidades socioeducativas parceiras

do projeto, onde serão realizados os convites para que os adolescentes inseridos nestes locais venham a fazer parte do laboratório cênico; o acolhimento destes adolescentes no laboratório cênico; oficinas de teatro, cinema, artes plásticas direcionadas ao grupo em emergência – agora também com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; intervenção cênicas nas instituições parceiras, na cidade, em locais a serem definidos pelo grupo; apresentações dos principais resultados do projeto em eventos específicos da extensão; encerramento do projeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tratando-se de um projeto que teve sua aprovação recentemente – julho de 2015 – o que se intenta é um trabalho socioeducativo pautado na arte - mais especificamente no teatro – como alternativa ao conjunto de ações fundamentados pela ética deontológica. Espera-se como resultado a organização de um grupo que exercite jogos dramáticos para que os experimentos cênicos possam, por si, serem disparadores/conviteiros e, assim, acolher os egressos do sistema socioeducativo, bem como os que atualmente cumprem medidas socioeducativas e a comunidade em geral no laboratório cênico. Dessa maneira, acredita-se que se crie a oportunidade de desenvolver projetos existenciais agenciados pelas artes e da mesma forma produzir linhas de fuga aos projetos, que na maioria das vezes os aprisionam ao crime, as infrações legais.

Cabe-nos, portanto, a tarefa de encontrar um vetor teatral que perpassasse pelas diferentes psicologias (como a Gestalt Therapy, o Psicodrama, o Behaviorismo e a Psicanálise), já que a história da psicologia possui uma íntima, mas raramente explicitada, relação com o teatro. Estruturas fundamentais do teatro como a representação, a mimese, o personagem, a dramaturgia linear - começo, meio e fim - a dialética, a totalidade, a ilusão, de forma geral, deixam de ser essenciais ao fazer teatral, tornando-se parte de um estilo, de uma forma, de uma maneira de fazer teatro, a qual estaria presente já na tragédia, esgotando-se com o teatro épico. Este modelo teatral será problematizado por Lehmann (2007) através de um conceito expandindo de 'drama'. Em contraponto a este modelo, dito dramático, o autor apresenta sua grande contribuição ao debate, bastante aquecido, sobre teatro contemporâneo: o conceito de Teatro Pós-Dramático. O teatro já não aspira à totalidade de uma composição estética feita de palavra, sentido, som, gesto, etc., que se oferece à percepção como construção integral;

antes assume seu caráter de fragmento e de parcialidade, se dispondo à oportunidade (ou ao perigo) de confiar em estímulos isolados, pedaços e microestruturas de textos para se tornar um novo tipo de prática (LEHMANN, p.29, 2007)

O conceito de Testemunho, apresentando por Giorgio Agamben (2008), talvez possa contribuir aparecendo como ferramenta que permite dar língua a catástrofes existenciais e fugir das classificações unidirecionais, o que ajudaria fazer falar as complexas realidades socioeducativas. Deleuze (2002) aponta uma elucidação com Michel Foucault quando nos ensina sobre a indignidade de falar pelos outros. Ao nos tornarmos porta vozes, seja de um sujeito, de um grupo ou de uma classe social caímos, mais uma vez, na armadilha da política representacional. Por outro lado, se apenas contemplarmos as diferenciações, deslumbrados com suas cores, sons e sentidos estaremos fortalecendo uma indignidade ainda pior. Agamben (2008) nos apresenta uma possibilidade a este paradoxo no conceito de testemunho quando diz que

(...) o testemunho é a relação entre uma possibilidade de dizer e o fato de ter lugar, ele só pode acontecer por meio da relação com

uma impotência de dizer, ou seja, unicamente como contingência, como um poder não-ser. (AGAMBEN, 2008, p. 147)

Ou seja, o testemunho necessita de um não lugar. Aquele que ocupa um lugar em sua plenitude, aquele que bateu ao fundo, aquele que está afogado em um determinado território, este seria, para Agamben, a testemunha, que apesar de ideal, paradoxalmente não pode testemunhar. O conceito de testemunho desativa duplamente a representação. Enfim, nossa problemática gira em torno de uma busca, através do teatro, de um não lugar que nos permita dar testemunho sobre as medidas socioeducativas, fugindo da representação. Essa busca é por um teatro que esteja aberto aos agenciamentos da Psicologia Social, colocando o presente em constante problematização.

4. CONCLUSÕES

Ao se utilizar do teatro para acolher processos de subjetivação que emergem no cumprimento das medidas socioeducativas este 'Socioeducação (en)cena: agenciamentos entre psicologia social e teatro' pretende criar condições de possibilidade para a reinserção social de adolescentes em conflito com a lei bem como servir de apoio as famílias destes adolescente. Ao mesmo tempo psicólogos em formação, muitas vezes congelados por teorias, estereótipos acadêmicos, terão aqui oportunidade de usar o teatro para dar língua aos seus processos de aprendizagem.

Nesse sentido, se tem como objetivo principal a cartografia das potencialidades testemunhais do teatro quando direcionadas à reinserção social de adolescentes em conflito com a lei, bem como se busca oferecer um espaço, a partir do teatro, de produção de sentido, produção de si para os agentes envolvidos neste processo. Ademais, o projeto também pretende investigar as potencialidades do teatro como ferramenta de ensino/aprendizagem para graduação em psicologia.

Ainda julgamos importante ressaltar o curto tempo de existência do projeto e que os objetivos aqui colocados ainda se tratam de meras pretensões. Entretanto, são elas que continuam nos movendo num sentido de busca, não a um lugar específico, mas, ao contrário, a outras possibilidades que não a dos lugares - e identidades - dados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FRASSETO, Flávio Américo et al. Gênese e desdobramentos da lei 12594/2012: reflexos na ação socioeducativa. In **Revista Brasileira Adolescência e Conflituidade**, 2012(6):19-72.
- GIACOIA, Oswaldo. **Nietzsche x Kant: uma disputa permanente a respeito da liberdade, autonomia e dever**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2012.
- LEHMANN, Hans-Thies. **Teatro Pós –Dramático**. Trad. Pedro Sussekund. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. São Paulo. Trad. Paulo Cesar de Souza. Companhia das Letras, 2011.
- RANIERE, Édio. **A invenção das Medidas Socioeducativas**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, PPG em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, 2014.